UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

ISMAEL DOS SANTOS SILVA

BNCC, NOVO ENSINO MÉDIO E A RECUSA DA ADOÇÃO DO OBJETO 2 PNLD DE CIÊNCIAS HUMANAS NO IFAL *CAMPUS* MACEIÓ.

MACEIÓ
2024

ISMAEL DOS SANTOS SILVA

BNCC, NOVO ENSINO MÉDIO E A RECUSA DA ADOÇÃO DO OBJETO 2 PNLD DE CIÊNCIAS HUMANAS NO IFAL *CAMPUS* MACEIÓ

Capítulo de Livro apresentado ao Curso de Geografia Licenciatura do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Profª. Drª. Cirlene Jeane Santos e Santos
Coorientador: Prof. Ms. Denis Rocha Calazans

MACEIÓ
2024

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4/661

S586b Silva, Ismael dos Santos.
BNCC, novo ensino médio e a recusa da adoção do objeto 2 PNLD de Ciências Humanas no IFAL Campus Maceió / Ismael dos Santos Silva. – 2024.
27 f.: il.

Orientador: Cirlene Jeane Santos e Santos. Coorientador: Denis Rocha Calazans.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curso de Geografia. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 24-27.

1. Base Nacional Comum Curricular. 2. Novo ensino médio. 3. Livro didático. 4. Ciências Humanas. 5. Instituto Federal de Alagoas. I. Título.

CDU: 37.046.14:168.522

FOLHA DE APROVAÇÃO

ISMAEL DOS SANTOS SILVA

BNCC, NOVO ENSINO MÉDIO E A RECUSA DA ADOÇÃO DO OBJETO 2 PNLD DE CIÊNCIAS HUMANAS NO IFAL *CAMPUS* MACEIÓ

O artigo científico apresentado ao Colegiado do Curso de Geografia Licenciatura do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Prof.ª Dra. Cirlene Jeane Santos e Santos

Artigo Científico defendido e aprovado em: 21/02/2025

Banca Examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
CIRLENE JEANE SANTOS E SANTOS
Data: 25/02/2025 22:29:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Cirlene Jeane Santos e Santos (UFAL) – Orientadora

gov.br Documento assinado digitalmente
JACQUELINE PRAXEDES DE ALMEIDA
Data: 26/02/2025 07:03:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Jacqueline Praxedes de Almeida (UFAL) – Examinadora Interna

gov.br Documento assinado digitalmente
DENIS ROCHA CALAZANS
Data: 27/02/2025 06:02:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Denis Rocha Calazans (IFAL) – Coorientador e Supervisor Pibid 2022-2024

RESUMO

Este trabalho analisa a recusa dos professores de Ciências Humanas do IFAL - Campus Maceió em adotar os livros didáticos do PNLD 2021, que foram reformulados de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM). A pesquisa aborda as implicações da Reforma do Ensino Médio, destacando a fragmentação das disciplinas e a integração por áreas do conhecimento, em detrimento da profundidade dos conteúdos específicos. Utilizando uma abordagem qualitativa, por meio da análise documental e de questionários aplicados aos docentes, o estudo revela insatisfação com a descaracterização dos conteúdos de Geografia, História, Filosofia e Sociologia. Além disso, os professores criticam o direcionamento neoliberal da reforma, que prioriza a formação de indivíduos competitivos para o mercado de trabalho, em detrimento de uma formação crítica e cidadã. A pesquisa conclui que a adoção dos livros didáticos reformulados não atende às necessidades pedagógicas e aos valores defendidos pelos professores do IFAL, levando à rejeição dos mesmos.

Palavras-chave: BNCC, Novo Ensino Médio, Livro Didático, IFAL, Ciências Humanas.

ABSTRACT

This paper analyzes the refusal of the Humanities teachers at IFAL - Maceió Campus to adopt the textbooks from the 2021 PNLD, which were reformulated according to the guidelines of the National Common Curricular Base (BNCC) and the New High School (NEM). The research addresses the implications of the High School Reform, highlighting the fragmentation of subjects and their integration into knowledge areas, at the expense of the depth of specific content. Using a qualitative approach, through document analysis and questionnaires applied to teachers, the study reveals dissatisfaction with the depersonalization of Geography, History, Philosophy, and Sociology content. Additionally, teachers criticize the neoliberal direction of the reform, which prioritizes the training of individuals for competitiveness in the job market, to the detriment of critical and civic education. The research concludes that the adoption of the reformulated textbooks does not meet the pedagogical needs or the values defended by the IFAL teachers, leading to their rejection.

Keywords: BNCC, New High School, Textbook, IFAL, Humanities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....8
2 DESENVOLVIMENTO.....9
2.1 A BNCC e a Reforma do Ensino Médio.....9
2.2 O livro didático no Brasil e o PNLD.....11
2.3 Metodologia.....17
2.4 O processo de escolha do Objeto 2 do PNLD 2021 e a não adoção do livro didático da área de Ciências Humanas no Campus Maceió.....19
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....24
4 REFERÊNCIAS.....25

1 INTRODUÇÃO

> Seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica (Freire, 1984, p. 89).

O livro didático tem se mostrado de grande importância para o processo de ensino-aprendizagem, sendo, em muitas situações, o principal material de consulta dos professores e dos alunos, coexistindo com diversas outras fontes, inclusive com as tecnológicas e servindo como instrumento de trabalho e formação complementar do professor (Silva, 2018).

Além disso, cabe ao professor a tarefa de escolha do livro didático, juntamente com o "[...] corpo docente e dirigente da escola [...]" (Brasil, 2015, p. 12), sendo de sua responsabilidade adequar a coleção escolhida à realidade educacional da instituição em que atua, buscando atender às demandas dos alunos e à sua necessidade de trabalho.

> Por isso, é preciso definir os objetivos do ensino e ter clareza dos meios a utilizar e a escolha dos livros mais adequados (de acordo com o que se pretende ensinar, a qualidade do livro, o conhecimento e os recursos que disponibiliza, quem é o autor e a sua formação) para auxiliar a busca dos propósitos planejados a atingir com os alunos (Gabrelon; Silva, 2017, p. 132).

Porém, se as obras apresentadas não atenderem aos anseios dos professores, não há a obrigatoriedade de adotá-las, podendo o professor e a escola optarem por outros materiais didáticos. No entanto, a ausência de um livro didático que atenda às necessidades dos professores e alunos representa uma grande perda para as instituições de ensino e para o processo de ensino-aprendizagem.

Com base na adequação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, consequentemente, ao Novo Ensino Médio (NEM), o edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2021 passou por uma reformulação significativa, alterando a forma como os livros didáticos eram organizados. Se antes havia coleções por disciplinas, no referido edital, as coleções foram voltadas para áreas do conhecimento, agrupando os conteúdos por temas, buscando uma integração entre as várias disciplinas que compõem a área do conhecimento.

Diante da reformulação ocorrida na forma como são apresentados os livros do

PNLD, objeto 2, a partir de 2021, os professores de Ciências Humanas do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), *Campus* Maceió, optaram por não os adotar.

Este capítulo tem por finalidade compreender os impactos da política da Reforma do Ensino Médio em relação aos livros didáticos, bem como a negativa dos professores de Geografia, História, Sociologia e Filosofia do Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Maceió, em adotar os livros didáticos alinhados com as propostas do "Novo" Ensino Médio (NEM), objeto 2, do PNLD 2021.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A BNCC e a Reforma do Ensino Médio

A crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa (Ribeiro, 1986). A fala de Darcy Ribeiro se mantém atual e sintetiza os governos que assolaram o país, após o golpe de 2016, sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff. O que se vivenciou foi um projeto de desconstrução em todas as esferas da vida nacional, freando o desenvolvimento social que o país estava atravessando e frustrando as perspectivas de um futuro melhor, pois, para que o desenvolvimento social seja atingido, é necessário que haja, sobretudo, investimentos em educação, pesquisa e tecnologia.

Em abril de 2018, o Ministério da Educação apresentou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio ao Conselho Nacional de Educação, dando início ao processo de audiências públicas para discussão. Durante essa fase de desenvolvimento, a BNCC se tornou objeto de tensões e conflitos. As audiências e discussões nesse período foram notavelmente marcadas pela atuação do "Movimento Pela Base Nacional Comum", que contou com a participação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e organizações como a Fundação Lemann, associada ao Cenpec, o Instituto Natura, o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Unibanco, a Fundação SM, o Insper e o Instituto Fernando Henrique Cardoso (Aguiar; Dourado, 2018).

Além da BNCC, durante o governo de Michel Temer também foi aprovada a Reforma do Ensino Médio. Em 2019, Jair Bolsonaro assumiu a presidência da república, provocando um dos maiores desmontes da educação pública do Brasil, marcado pelo sucateamento do ensino público federal, através de sucessivos cortes no orçamento, deixando as universidades e os institutos federais à beira de fecharem as portas, além de desestimularem sistematicamente a pesquisa, já que as bolsas de pesquisa científica foram cortadas ou

reduzidas (Tomazela, 2022). Segundo Lino e Arruda (2021, p. 748), a BNCC, em uma perspectiva reducionista e instrucional, esvaziou o currículo de conhecimento, reduzindo-o à noção de competências, comprometendo, assim, a formação integral e cidadã das crianças e dos jovens brasileiros.

No discurso, o que se pretende é adaptar os estudantes às exigências e desafios do mundo globalizado e do mercado (Laval, 2019). Essa é uma tentativa neoliberal de construir um indivíduo competente e competitivo, eficaz para atender às novas exigências do mercado como mão-de-obra.

Nesse modelo, que se sustenta no princípio da individualidade capitalista e do individualismo neoliberal, a incumbência da formação é atribuída aos estudantes, tornando-os responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso, eximindo, assim, o estado e a sociedade de qualquer compromisso maior ou responsabilidade com sua formação.

Vale salientar que as alterações realizadas na educação brasileira, após 2016, não tocam em aspectos fundamentais como financiamento, estrutura das escolas, evasão dos alunos e condições de trabalho dos professores, estando elas direcionadas para a formação flexível e aligeirada dos estudantes, assim como para o aumento de parcerias que favorecem à terceirização e à privatização, de modo a aplicar recursos públicos em instituições privadas (Branco *et al.*, 2018).

A escola se torna peça central para a construção desse novo modelo de sujeito e sociedade, inspirado em princípios empresariais, tecnicistas e produtivistas, portanto, reducionista da autonomia e da capacidade de mobilização social (Dardot; Laval, 2016). Nesse modelo de educação neoliberal, o indivíduo não vale mais pelas qualidades que lhes foram reconhecidas, durante sua trajetória escolar ou profissional, mas sim pelo valor de uso de sua força de trabalho.

A Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que estabelece a BNCC e institui o "Novo" Ensino Médio, traz a Base Nacional Comum Curricular e os itinerários formativos como referenciais de ensino (Brasil, 2017b, p. 02). Esse documento estrutura os direitos e objetivos de aprendizagem em quatro áreas de conhecimentos: I) Linguagens e suas Tecnologias, II) Matemática e suas Tecnologias, III) Ciências da Natureza e suas Tecnologias, IV) Ciências Humanas e Sociais aplicadas (BRASIL, 2017b. p. 02). Com o NEM, apenas disciplinas como Matemática e Língua Portuguesa são obrigatórias nos 3 anos do Ensino Médio, ignorando e reduzindo a carga horária das demais disciplinas.

A BNCC e o Novo Ensino Médio ignoram os abismos existentes entre as regiões do

Brasil. Enquanto algumas possuem ampla estrutura para oferecer um bom ensino aos alunos, há regiões que não possuem infraestrutura mínima ou até mesmo saneamento básico. Em algumas cidades brasileiras, só existe uma única escola de Ensino Médio. Essa realidade dificulta a oferta de vários itinerários formativos, limitando as possibilidades de aprendizagem dos estudantes.

Para alinhar os livros didáticos com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o governo Michel Temer promulgou o Decreto nº 9.099 de 2017, que introduziu mudanças substanciais no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) (Brasil, 2017a). Essas alterações englobaram novas diretrizes para o processo de seleção de materiais didáticos, a formulação dos itens submetidos pelas editoras para avaliação pelo Ministério da Educação e uma rigorosa conexão entre os materiais didáticos e as habilidades e competências delineadas na BNCC (Brasil, 2017a). Esse modelo de material didático, baseado na BNCC, resultou em uma mudança significativa na estrutura das coleções de livros didáticos, que passaram a ser organizadas por área do conhecimento e não mais por disciplinas. Com isso, as coleções não são mais produzidas por um autor ou grupo de autores, com formação em uma disciplina, mas por um grupo de professores que criam uma coleção que atenda a todas as disciplinas da área do conhecimento,

2.2 O livro didático no Brasil e o PNLD

O livro didático é uma importante ferramenta de mediação do processo de ensino-aprendizagem. Segundo Lajolo (2008, p. 04-05):

> [...] para ser considerado didático, um livro precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como disciplina escolar. Além disso, o livro didático caracteriza-se ainda por ser passível de uso na situação específica da escola, isto é, de aprendizado coletivo e orientado por um professor.

Oliveira, Teixeira e Silva (2022, p. 3964) afirmam que: “o papel desta ferramenta é auxiliar o professor em sala de aula, ao passo que não restringe sua autonomia, mas lhe garante um acervo prático para pesquisas e planejamento de aulas”.

Segundo Bittencourt (2020), a produção de livros didáticos no Brasil é dividida em 4 momentos, sendo eles: 1ª fase: a produção de livros didáticos a partir dos modelos

estrangeiros (1860 - 1930); 2ª fase: a nacionalização dos livros didáticos (1930-1970); 3ª fase: multiplicação dos livros didáticos (1970-1996) e 4ª fase: da nacionalização à internacionalização (1996 aos dias atuais).

Na 1ª fase (1860 - 1930), os primeiros livros didáticos produzidos no Brasil para serem utilizados no nível secundário e nas escolas para ler escrever e contar, respectivamente os atuais Ensino Médio e Ensino Fundamental, foram produzidos na Imprensa Régia, primeira tipografia brasileira, instalada após a chegada da Família Real ao Brasil (1808). Essas obras eram baseadas nas produções de conceituados acadêmicos franceses (Bittencourt, 2020).

Bittencourt (2020) esclarece que, após 1822, com o fim do monopólio da Imprensa Régia, surgiram as primeiras editoras brasileiras, sendo elas de propriedade de portugueses e franceses. Foram essas editoras que publicaram, nesse período, os livros didáticos elaborados sob influência dos currículos estrangeiros, sendo os conteúdos desses materiais didáticos controlados pelos Governos das Províncias e pela Igreja Católica. Os autores dos livros didáticos eram os professores do Imperial Colégio Pedro II, pois além de terem o *status* acadêmico de serem docentes da melhor escola do país, ainda eram ligados aos Conselhos que autorizavam a circulação e o uso dos livros didáticos nas demais escolas brasileiras.

A 2ª fase (1930-1970), segundo Bittencourt (2020), é marcada pela nacionalização dos livros didáticos, tanto na elaboração do conteúdo como na forma de produção, relacionada às novas técnicas de confecção de livros, relativos principalmente às ilustrações, elemento importante e que caracteriza os materiais didáticos.

Essa fase é marcada politicamente pelo golpe de 1930, o qual acarretou a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e instaurou a Ditadura do Estado Novo. No decorrer desse período, foram feitas reformas educacionais de caráter nacionalista, sendo criado, em 1937, o Instituto Nacional do Livro (INL), órgão cuja missão era cuidar e promover a produção de livros didáticos no país e, em 1938, o Conselho Nacional de Livro Didático (CNLD), que tinha por objetivo avaliar os livros didáticos referente ao seu conteúdo, bem como em relação à compra e utilização do livro didático (Miranda; Luca, 2004; Silva, 2012; Bittencourt, 2020). Nasce, assim, o início da relação republicana entre o Estado e os livros didáticos, surgindo a primeira legislação voltada para a produção de guias escolares, impulsionada pelo contexto político da época (Munakata, 2012).

Essas ações foram estratégicas para promover o controle político e ideológico da produção e distribuição de livros didáticos no país pela Ditadura Vargas, o livro didático

emergia, assim, como um instrumento ideológico de difusão dos valores apregoados pelo regime. Segundo Silva (2012, p. 808): “os autores deste tipo de material eram personalidades consagradas no meio intelectual que escreviam sobre disciplinas para as quais não tinham formação acadêmica específica”, somente na década de 1960, os livros didáticos vieram a ser escritos por professores de formação específica nas áreas sobre as quais escreviam.

Impulsionadas pelo aumento da oferta de vagas escolares, houve, segundo Bittencourt (2020), o desenvolvimento de editoras voltadas exclusivamente para a produção de material didático que, até os dias atuais, estão atuantes, publicando livros que fazem parte do cotidiano de alunos e de professores da Educação Básica, como a editora Frère Théophane Durand, conhecida como FTD, fundada pelos Irmãos Marista e a Editora Saraiva, pertencente atualmente ao grupo SOMOS Educação. Cabe ressaltar que o aumento de vagas escolares ocorre como uma forma de promover a doutrinação e dominação política e intelectual dos jovens, bem como de qualificar e docilizar a mão de obra para o processo de industrialização em expansão no país, afinal era importante para o regime enquadrar a população dentro dos preceitos do governo vigente e nesse caso a escola é o melhor meio.

Em 1966, já com a ditadura civil-militar instalada no país, foi criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), que

> Tinha como objetivo coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. Essa comissão foi resultado de um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a United States Agency for International Development (USAID) (Batista; Santos; Souza, 2016, p. 1027).

A criação dessa comissão foi fruto da parceria do Ministério da Educação (MEC) com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A aproximação entre Brasil e Estados Unidos foi proporcionada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que pressionou os países integrantes para realizar uma revisão em seus livros didáticos, para que fossem “retiradas referências desabonadoras aos atos de nosso grande vizinho do norte”, os Estados Unidos da América (Celeste Filho, 2010, p.237). Segundo Filgueiras (2015), a COLTED tinha entre suas funções realizar a avaliação dos aspectos ideológicos presentes nos livros. Diante do exposto, pode-se considerar que as ações do Estado brasileiro, em todo o período relacionado ao golpe de 1964, foram pautadas em medidas que visaram à reestruturação e ao controle ideológico dos sistemas educacionais brasileiros (Batista; Santos; Souza, 2016).

Nesse período, a OEA ainda propôs o "controle estatal dos conteúdos dos livros de História, no que foi prontamente acatada pela ditadura militar brasileira" (Celeste Filho, 2010,
p. 258). Os livros didáticos de Geografia também sofreram interferência do regime, centralizando os conteúdos em variáveis predominantemente estatísticas, com o objetivo de despolitizar o ensino, subtraindo da sala de aula e da disciplina qualquer parâmetro passível de discussão, essa ação reforçou a visão de uma Geografia como uma disciplina enciclopedista, limitando-a unicamente à função de expositora de dados e informações, as verdades estabelecidas pelo regime estavam prontas nos livros didáticos de Geografia para serem "depositadas" pelos professores no intelecto dos alunos (Kunzler; Wizniewsky, 2007).

A 3ª fase (1970-1996) é marcada pela promulgação da Lei 5692 de 11 de agosto de 1971, que determina as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau e que reformula os currículos, redefinindo as disciplinas e as reduzindo em áreas do conhecimento (Bittencourt, 2020), qualquer semelhança com a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, não é mera coincidência, pois, segundo Ponciano *et al.* (2019, p.5), o período da Ditadura Civil Militar, assemelha-se: "[...] ao que se observa no Brasil, [após] o golpe de 2016 até o governo de Jair Messias Bolsonaro, [...] pelo perfil [...] conservador, autoritário e neoliberal no que tange aos aspectos que interferem na construção de políticas públicas na educação".

É também nesse período que, segundo Bittencourt (2020), com a expansão das escolas, das vagas escolares, das compras de livros didáticos pelo governo para a distribuição com alunos de baixo poder aquisitivo e do auxílio financeiro oriundo do acordo MEC/USAID, a produção do livro didático sofre um aumento vertiginoso, fazendo com que as editoras ganhem um novo poder de mercado. O fértil mercado faz com que novas editoras voltadas para a produção de livros didáticos sejam criadas, bem como há alterações significativas na estrutura e formatação desse material didático, havendo mudanças desde o tamanho do livro até sua diagramação, que ganha mais imagens e passa a ficar parecido com as revistas da época (Bittencourt, 2020).

Bittencourt (2020) ainda complementa, afirmando que, com o processo de redemocratização, a importância dos livros didáticos se intensifica, sendo eles agora os definidores dos currículos e o recurso de ensino mais importante da sala de aula.

É também nesse período, mais precisamente em 1985, que é criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Através do PNLD, o governo distribuiu gratuitamente livros abrangendo todas as disciplinas do currículo para os estudantes do ensino

fundamental das escolas públicas, tornando-o um dos maiores projetos de distribuição gratuita de materiais didáticos no mundo. A criação do Programa do Livro Didático reconfigurou o mercado editorial no Brasil, atraindo editoras internacionais e alimentando em milhões de reais a indústria do livro didático (FNDE, 2021).

A 4ª fase (1996 aos dias atuais) é marcada pela promulgação da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A referida lei reforça o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), já que determinada a obrigatoriedade do governo em disponibilizar recursos educacionais, incluindo material didático, para atender às necessidades dos estudantes em todas as etapas da Educação Básica. Isso abrange programas complementares que envolvem não apenas material didático-escolar, mas também serviços como transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1996, p. 02).

Foi também nessa fase que colocou em xeque a qualidade dos livros didáticos distribuídos pelo Governo Federal. Segundo Bittencourt (2020, p. 10), "[...] vários problemas estavam sendo detectados quanto à qualidade dos livros didáticos, sendo que as avaliações governamentais apontaram para questões relativas a preconceitos, livros com conteúdos desatualizados e erros conceituais". Assim, além de sua função primordial de fornecer livros aos estudantes da rede pública, o PNLD também passa a desempenhar um papel importante na avaliação e seleção de obras adequadas, que atendam aos requisitos metodológicos de ensino e aprendizagem específicos de cada disciplina, sendo constituído em um processo oficial de avaliação pedagógica e metodológica do livro didático, tornando-se uma etapa obrigatória do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (Gomes; Copatti, 2023).

Nesse processo, comissões de avaliação formadas por especialistas de diferentes áreas, oriundos de universidades públicas, dedicam-se a analisar os títulos submetidos pelas editoras, julgando-os de acordo com critérios previamente estabelecidos em editais. Após essa avaliação, baseada em princípios éticos e educacionais, é elaborado o "Guia de Livros Didáticos", que serve para apresentar as obras aprovadas aos educadores. As obras aprovadas são, então, submetidas à avaliação dos professores das escolas públicas. Esses educadores desempenham um papel crucial, pois devem decidir quais livros são ideais para seus alunos, levando em consideração o projeto pedagógico e curricular da escola. Ao final desse processo, as coleções selecionadas para adoção são adquiridas pelo governo e distribuídas aos alunos matriculados em escolas públicas em todo o país (Silva, 2012). Vale ressaltar que os critérios estabelecidos pelo MEC viraram o referencial para os autores e

para que as editoras produzam os livros didáticos.

Em 2004, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), inicialmente cobrindo apenas as disciplinas de Português e Matemática, e apenas em 2005, a distribuição abrangeu todo o país. As demais matérias foram gradualmente incorporadas, com a distribuição dos livros de Biologia, História e Química ocorrendo em 2007, e os livros de Física e Geografia em 2008. A distribuição dos materiais de todas as disciplinas foi voltada aos estudantes por meio do Livro do Estudante e aos professores por meio do Manual de Professor. Os livros passaram a ser entregues a cada três anos e projetados para serem reutilizados. Filosofia, Sociologia e Inglês começaram a ter livros didáticos distribuídos nas escolas em 2010, e a disciplina de Arte somente em 2015 (Zacheu; Castro, 2015).

Em 2018, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, que visa atender às diretrizes da Reforma do Ensino Médio, conforme estabelecidas na Lei 13.415/2017, houve a necessidade de ajustar os livros didáticos para esta etapa da educação. Para alinhar-se com as novas políticas educacionais do Ensino Médio, a edição do PNLD 2021 introduziu mudanças significativas na organização dos livros didáticos.

Uma das mudanças ocorreu devido à adoção às competências e habilidades estipuladas na BNCC. Os editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) incluíram requisitos que asseguram a conformidade com essa legislação. “Resultaram disso os livros didáticos do PNLD 2019, 2020, 2021 e 2023, os quais foram produzidos com base nas competências e habilidades do documento e em Temas Contemporâneos Transversais” (Gomes; Copatti, 2023, p. 937).

Outra mudança foi a organização do edital em cinco objetos distintos: 1) obras didáticas de projetos integradores e de projeto de vida; 2) obras didáticas por áreas do conhecimento e obras didáticas específicas; 3) obras de formação continuada, destinadas aos professores e à equipe gestora das escolas públicas de Ensino Médio; 4) recursos digitais e 5) obras literárias (Gomes; Copatti, 2023).

Uma mudança substancial introduzida no PNLD 2021 foi a eliminação dos livros individuais para as disciplinas, impondo-se uma abordagem de agrupamento dessas disciplinas em áreas de conhecimento. Essa medida evoca lembranças de uma iniciativa semelhante ocorrida durante o período da Ditadura Militar, quando as autoridades unificaram as disciplinas de Geografia e História para criar a disciplina de Estudos Sociais. Naquela época, a mudança resultou em um ensino mais superficial, uma vez que os professores precisavam abordar duas matérias com base em livros didáticos sujeitos à

censura, e alguns deles não possuíam a formação necessária nessas áreas (Antonelli, 2015). Essa unificação visava mascarar a realidade e limitar a capacidade dos alunos de desenvolverem pensamento crítico e de se oporem ao regime. Na atualidade, a mudança, como no período militar, é baseada em motivações ideológicas e econômicas, com o intuito de formar uma mão-de-obra mais adaptada às demandas do mercado. Segundo Gomes e Copatti (2023, p. 942), o

> [...] PNLD 2021, levando em conta os delineamentos previstos nos documentos de legislação que compõem essa política pública e as modificações que, apontadas em um edital específico, fizeram com que editoras e autores apresentassem diferentes propostas em suas coleções; agora, organizadas por grandes áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas).

As obras do PNLD 2021, no âmbito das Ciências Humanas, adotaram uma abordagem diferente daquela anteriormente encontrada nos livros didáticos do Ensino Médio. Elas estão estruturadas em capítulos e subcapítulos que promovem uma suposta integração de conteúdos entre as áreas do conhecimento, que incluem Geografia, História, Sociologia e Filosofia.

É importante ressaltar que nenhuma escola é obrigada a adotar um livro didático. Essa escolha fica a cargo dos educadores da instituição, que podem escolher uma coleção específica ou mesmo rejeitar a adoção de livros didáticos. Esse foi o caso do Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Maceió, na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que optou por não adotar livros do PNLD, objeto 2, edição 2021.

2.3 Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho foi qualitativa, que "exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva" (Martins, 2004, p. 292). Segundo Silveira e Córdova (2009, p. 31), a "[...] pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.", sendo assim, "[...] a pesquisa explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente" (Moreira; Caleffe, 2006, p. 73).

Como ponto de partida para a realização da presente investigação, foi realizado o

levantamento do referencial teórico que fosse pertinente ao objeto da pesquisa, sendo feita a busca por artigos publicados em periódicos e em anais de eventos científicos, livros e trabalhos de conclusão de curso que fossem relevantes para subsidiar a pesquisar, tendo como autores base para alicerçar esse trabalho Bittencourt (2020), Simões (2017), Laval (2019), dentre outros.

Além do levantamento do referencial teórico que subsidiou o presente estudo, também foi feita a análise documental das legislações e demais documentos oficiais que subsidiaram a presente pesquisa. Segundo Phillips (1974, p. 187), citado por Lüdke e André (1986), são considerados documentos "quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informações sobre o comportamento humano". Nesse sentido, Lüdke e André (1986, p. 38) complementam afirmando que se incluem no rol desses documentos "[...] leis, e regulamentos, normas, pareceres [...] livros estatísticos [...]", dentre outros.

Sobre a análise documental Lüdke e André (1986, p. 39) afirmam que ela apresenta várias vantagens para a pesquisa, por serem

> [...] uma fonte estável e rica. Persistindo ao longo do tempo, os documentos podem ser consultados várias vezes e [...] servir de base a diferentes estudos, o que dá mais estabilidade aos resultados obtidos.
> Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Não são apenas uma fonte de informações contextualizadas, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.
> Uma vantagem adicional dos documentos é o seu custo, em geral baixo. Seu uso requer apenas investimento de tempo e atenção por parte do pesquisador para selecionar e analisar os mais relevantes.

Posteriormente, foi escolhido o questionário como instrumento de coleta dos dados. A escolha do questionário se deu por este apresentar, segundo Moreira e Caleffe (2006), pontos positivos, que foram relevantes para esta pesquisa, dentre eles: o uso eficiente do tempo, o anonimato para o respondente e a possibilidade de uma alta taxa de retorno. Após a escolha do instrumento de recolha de dados, passou-se para e elaboração do questionário, que foi composto de 8 questões, sendo 4 do tipo objetiva de resposta única e 4 subjetivas. Após a elaboração das questões, elas foram posteriormente transferidas para um modelo digital no *Google Forms*.

A forma mais fácil e rápida encontrada para a aplicação do questionário foi através do compartilhamento do *link*, gerado no *Google Forms*, através de um grupo de *WhatsApp* já existente, composto apenas por professores da área de Ciências Humanas do IFAL *Campus* Maceió.

A pesquisa aqui apresentada possuía um universo inicial de 26 professores/as, todos/as lotados/as da Coordenação de Ciências Humanas e suas Tecnologias (CCHT), do IFAL, *Campus* Maceió, mas ao se constatar que apenas 13 docentes haviam participado do processo de escolha do livro didático objeto 2 do PNLD, esse grupo, formado por 13 indivíduos, passou a ser o universo da pesquisa, pois haviam sido eles/as que haviam feito a análise do material e, portanto, eram eles/as que tinham um conhecimento mais aprofundado sobre o material, sendo esse grupo também responsável em repassar para os demais colegas as impressões e conclusões advindas do estudo feito sobre os livros didáticos.

Dos 13 professores/as que participaram do processo de escolha do livro didático, 10 responderam ao questionário, obtendo-se, portanto, uma adesão de 77% do universo. Dos dez professores da amostra, 4 eram professores/as de Geografia, 3 de Filosofia, 2 de História e 1 de Sociologia. Os dados obtidos foram tabulados e analisados, sendo os resultados apresentados a seguir.

2.4 O processo de escolha do Objeto 2 do PNLD 2021 e a não adoção do livro didático da área de Ciências Humanas no *Campus* Maceió

A primeira pergunta feita aos/as professores/as foi se eles/as tiveram acesso ao material de divulgação (Coleções) do PNLD. Oito afirmaram que sim e dois afirmaram que não. Vale ressaltar que, atualmente, todos os materiais didáticos aprovados pelo PNLD para a análise dos professores são disponibilizados em formato digital.

A segunda pergunta feita aos/as 8 docentes que responderam que tiveram acesso ao material de divulgação, foi a forma como se deu esse acesso. Dois/uas professores/as afirmaram que tiveram acesso apenas a coleções físicas, impressas, seis deles alegaram terem tido acesso apenas a coleções digitais e nenhum teve acesso às coleções digitais e físicas simultaneamente. O uso de coleções digitais tem sido uma forma recorrente de divulgação das editoras,
pois torna o processo mais barato e de fácil acesso por parte dos professores.

A terceira pergunta buscou saber se os/as professores/as inquiridos haviam analisado as coleções. Os oito professores que tiveram acesso às coleções afirmaram que fizeram a análise do material. Sobre a análise e escolha do livro didático Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007,

p. 340) advertem que: “O professor, ao escolher um livro didático, não pode fazê-lo de forma aleatória, pois alguma reflexão necessita ser realizada se o mestre tiver consciência de que o alvo é, no presente caso, o aprendizado geográfico”. Sendo assim, essa etapa é essencial para garantir que os livros didáticos estejam alinhados aos objetivos educacionais, às abordagens pedagógicas e à realidade dos alunos. No entanto, 2 professores, os que não tiveram acesso às obras não analisaram as coleções, mas, mesmo assim, participaram do processo de escolha das coleções. Nesse caso, os professores que não analisaram as coleções afirmaram fazerem parte do processo de escolha por terem participado das discussões sobre o tema. Essa é uma informação preocupante, pois os professores emitiram opiniões sem ter feito a análise das coleções, fundamentando suas escolhas na análise de terceiros. Segundo Silva e Sampaio (2014, p. 177),

> A não participação do professor na escolha do livro didático pode ser considerado um aspecto negativo nos processos de ensino e de aprendizagem, uma vez que esse trabalhará com um material que não foi por ele escolhido e mesmo que seja um livro de boa qualidade pode ser que não se aplique ao estilo do professor que poderá encontrar dificuldades ao trabalhar com o mesmo.

Foi perguntado aos/as professores/as, na quarta questão, como eles/as votaram em relação à escolha do livro didático. A pesquisa indicou que a maioria, ou seja, 7 professores/as, votaram contra a adoção de qualquer coleção, dois/uas indicaram uma coleção e apenas um/a deles/as votou a favor de se adotar alguma coleção, sem indicar uma especificamente. A recusa dos/as professores/as em adotar uma coleção reforça a autonomia pedagógica dos professores, visto que, segundo Vilarinho e Silva (2015, p. 424), “a avaliação dos livros didáticos é processo que leva à reflexão crítica e fortalece a autonomia didática [..]”, bem como mostra uma postura crítica em relação às obras, já que demonstra uma clareza dos docentes no que se refere ao “Novo” Ensino Médio (NEM) e seus impactos, estando entre eles, segundo Souza e Bairro (2021, p. 60): “[...] a exclusão de componentes curriculares e a dissolução de outros através do agrupamento em ‘grandes áreas’ é uma manifestação da negação da socialização dos conhecimentos historicamente acumulados”, bem como fica evidenciada, a partir da negativa dos docentes da escola, a compreensão de que essa situação impacta diretamente nos livros didáticos voltados para o NEM, pois

> [...] os livros disponibilizados para as escolas no processo de escolha dos materiais que seriam utilizados para o Novo Ensino Médio, todos eles já adequados à BNCC, [...] [apresentavam] elementos bastantes distintos dos materiais dos editais anteriores no que se refere à forma de estruturação da

> sequência de conteúdos e quanto à reunião dos temas ligados às Ciências Humanas (Souza; Bairro, 2021, p. 63).

Especificamente, em relação a Geografia, segundo Souza e Bairro (2021), na consulta aos livros, a começar pelo título e pelo índice, fica difícil encontrar onde está a Geografia e seus conceitos-chave. Assim, o livro didático de Geografia para o Ensino Médio não "[...] apresenta- se [...] mais como específico de sua área, mas como uma subcategoria (ou subdivisão) da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, conforme consta no documento da BNCC para o Ensino Médio" (Souza; Bairro 2021, p. 62). Desse modo, a dissolução da Geografia "[...] enquanto área específica, mesmo que com a organização disciplinar da escola inalterada, sugere que, no currículo, a Geografia perca sua especificidade como área, atuando como foco apenas enquanto uma das que compõe a grande área das ciências humanas" (Souza; Bairro 2021, p. 62).

A escolha e a utilização do livro didático é uma prática sobre a qual o professor deve agir de forma consciente e crítica, pois "[...] escolhê-lo e adotá-lo são procedimentos que requerem a compreensão da lógica que preside a forma como são produzidos e comercializados, por quem, para quem e com que motivações, além das aparentes, traduzidas em critérios de divulgação e distribuição formalizados, padronizados" (Rangel, 2006, p. 192).

Nesse sentido, é preciso que haja uma análise criteriosa do livro didático, levando em consideração uma avaliação de fundamentos didático-pedagógicos, bem como de fatores históricos, sociais e políticos; pois, o professor que não possui uma reflexão crítica em relação à escolha e à utilização do livro didático pode estar contribuindo para adoção de material inadequado, que reforça interesses políticos, econômicos e ideológicos escusos.

Chama atenção o voto do/a professor/a que optou pela adoção de alguma coleção, sem indicar uma especificamente. Nesse caso, podemos inferir que essa decisão pode estar apoiada na dependência que o professor tem em relação ao livro didático. Segundo Apple (1995, p.81- 82): "são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países [...]", além disso, a dependência do professor em relação ao livro didático pode estar relacionada a uma série de deficiências de formação e de infraestrutura escolar. Dessa forma, a ausência de um livro didático significa, para alguns professores, a retirada de seu principal, e às vezes único, instrumento de trabalho.

Na quinta questão, foi perguntado aos/as professores/as as razões que embasaram seus votos. Os professores que recusaram a adoção do livro didático afirmaram que os

livros analisados não contemplam os fundamentos da disciplina (5 professores/as). Essa informação se torna mais relevante quando os resultados mostram que, pelo menos um professor de cada disciplina de ciências humanas posicionou-se dessa maneira, indicando que, em suas percepções, as coleções apresentam problemas na apresentação dos conceitos básicos de todas as quatro disciplinas escolares. O segundo argumento mais utilizado, presente nas respostas de 4 professores/as, foi a discordância em relação à proposta do "Novo" Ensino Médio. Por fim, chamou a atenção a resposta de um/a dos/as professores/as que afirma: "Percebemos uma forte orientação para as perspectivas empresariais, com a adoção de temas que nada têm a ver com as humanidades". Essa resposta indica uma preocupação com interesses subjacentes aos educacionais presentes nas obras.

A sexta questão solicitou aos/as professores/as que apontassem os principais aspectos negativos encontrados nessas coleções. As respostas de cinco professores/as indicaram que as Ciências Humanas foram severamente reduzidas a um patamar insignificante. Os/as docentes relataram uma notável desvalorização dos componentes curriculares, os quais, segundo eles, foram organizados, no objeto 2, em um sistema de apostilamento carente de sistematicidade, apresentando conteúdos limitados e desconectados do contexto escolar, além disso, os materiais propostos, segundo os/as docentes, demonstraram a intenção de promover uma abordagem interdisciplinar, porém sem um fio condutor, como se a interdisciplinaridade ocorresse de forma automática, não levando em consideração as especificidades do funcionamento das escolas e as atividades dos professores.

Um/a dos/as docentes observou que as coleções não estavam alinhadas com os objetivos pedagógicos da escola, enquanto outros/as dois/uas destacaram a falta de criticidade dos conteúdos, seguindo uma metodologia que não estimula o pensamento crítico dos alunos. Além disso, outros/as dois/uas professores/as apontaram como aspecto negativo a ausência de conteúdos fundamentais em suas áreas de conhecimento, com uma das respostas corroborando para o esboço teórico desta pesquisa: "O evidente sabotamento das temáticas essenciais das ciências humanas, e a imposição de temáticas que atendem aos interesses dos empresários da educação". Vale ressaltar que tal fato nos remonta ao que aconteceu com as Ciências Humanas durante o período da Ditadura Civil Militar, quando as disciplinas que integravam as Ciências Humanas foram suprimidas do currículo (Filosofia e Sociologia) ou sofreram uma junção (Geografia e História), sendo criadas as disciplinas de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica. Essa estratégia foi um dos eficientes meios de controle social e de disseminação da ideologia do poder, para estimular um determinado

tipo de civismo e propagandear o regime. Segundo Simões (2017, p. 50-51): “o trabalho político-pedagógico com as Ciências Humanas tem a capacidade de elevar a compreensão dos sujeitos da aprendizagem acerca do tecido social de que fazem parte na atualidade”.

Quando questionados/as, na questão sete, sobre os aspectos positivos das coleções disponibilizadas, cinco professores/as afirmaram não ter identificado nenhum ponto positivo nos livros didáticos, destacando-se a resposta de um dos/as professores/as que afirmou: "Comparando com as obras das edições anteriores, produzidas por profissionais e intelectuais da área, não encontrei nenhum aspecto positivo". No entanto, a resposta de outros/as quatro professores/as apontaram alguns aspectos positivos das coleções. Eles/as mencionaram que alguns livros possuíam conteúdos mais direcionados para os alunos e que alguns tratavam de temas abordados de forma interdisciplinar, um deles chamou a atenção por afirmar que: “alguns [livros] tinham conteúdos”. Outro ponto positivo mencionado foi a continuidade da distribuição gratuita dos livros.

Por fim, na oitava questão, os/as professores/as foram solicitados/as a apresentar sugestões de melhorias para os livros didáticos. Cinco deles/as sugeriram abandonar os livros apresentados e retornar ao modelo de escolha de edições anteriores, no qual cada ciência mantinha sua individualidade, ao mesmo tempo em que havia uma interconexão entre elas. Nesse modelo, os professores tinham amplo acesso e liberdade para selecionar coleções que contribuíssem de forma satisfatória e significativa no processo de ensino-aprendizagem da sua disciplina. Um/a dos/as professores/as apresentou duas sugestões. A primeira envolve a criação de editais por parte das instituições educacionais para incentivar e apoiar a produção de materiais didáticos pelos próprios professores, sob a forma de *e-books*. Esses materiais seriam elaborados, levando em consideração as características específicas das realidades locais. A segunda proposta sugere que a seleção de materiais didáticos de abrangência geral seja realizada por meio de fóruns envolvendo professores das respectivas áreas a cada período de três anos. No entanto, não indicou se essa abrangência geral seria federal, estadual ou municipal. Além disso, nas respostas de outros/as quatro professores/as, houve sugestões como a criação de livros com direcionamentos mais enfáticos quanto à construção do conhecimento dos alunos, inserindo conteúdos que apresentem abordagens mais instigantes e envolventes. Ademais, um/a dos/as professores/as manifestou uma opinião enfática, sugerindo a "Revogação do novo ensino médio". As respostas a esta última pergunta apontam uma insatisfação generalizada em relação ao NEM e aos novos materiais didáticos, postura essa que se alinha com as ideias defendidas por Cássio e Goulart (2022, p, 291), que afirmam que:

> A revogação da Lei n. 13.415/2017 é a única forma de estancar a tragédia social em curso no país e de recuperar um debate público e democrático construído a partir das comunidades escolares e movimentos de educação, com vistas à construção de um modelo de ensino médio público que beneficie quem mais precisa.

As sugestões de como melhorar os livros didáticos das coleções de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do objeto 2 do PNLD terminam por reforçar a insatisfação dos professores em relação não só ao material didático, mas também em relação a todo o processo de mudança imposto ao Ensino Médio brasileiro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, o livro didático sempre esteve envolto em interesses políticos e econômicos. Em alguns períodos, serviu de instrumento de alienação e doutrinação de governos autoritários, em outros, buscou-se a democratização do conhecimento com base em princípios democráticos e constitucionais.

No Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Maceió, a escolha do livro didático do PNLD 2021, objeto 2, não foi realizada por todos/as os/as professores/as lotados/as na Coordenação de Ciências Humanas, apenas a metade deles/as teve alguma participação no processo. Os que participaram, em sua maioria, demonstraram engajamento e uma visão crítica a respeito da importância do livro didático e de seus conteúdos, além de um posicionamento político preocupado com o desenvolvimento educacional dos alunos, o que se reflete nas críticas feitas aos livros avaliados.

A maioria dos/as professores/as apresentou um posicionamento crítico em relação à qualidade dos livros e uma preocupação em relação à descaracterização de suas disciplinas, indicando posturas nas obras que subvertem o caráter educativo, transformando os materiais em peças de propagação do ideário neoliberal.

Por fim, percebe-se, através das críticas diretas a esse modelo de organização do material didático, uma insatisfação de todos/as os/as docentes pesquisados/as em relação aos novos livros didáticos.

Diante disso, não se trata apenas da não adoção dos novos livros didáticos ou de talvez retornar aos modelos anteriores do PNLD 2021, mas da necessidade de reavaliar e reverter as recentes políticas educacionais para o Ensino Médio, abrindo caminho para

retomar o diálogo e a participação democrática de professores, alunos, pais, pesquisadores, escolas e universidades, a fim de forjar novas políticas educacionais que levem em conta a oferta de uma educação cidadã e emancipatória.

4 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; DOURADO, Luiz Fernandes (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024:** avaliação e perspectivas. Recife: Anpae, 2018.

ANTONELLI, Diego. O desafio de ensinar História durante o regime militar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 fev. 2015. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/o-desafio-de-ensinar-historia-durante-o-regime-militar-ehc3qh8l0viwed9l42wawrz9q/. Acesso em: 09 out. 2023.

APPLE, Michael Whitman. **Trabalho docente e textos**: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BATISTA, Carmyra Oliveira; SANTOS, Edilene Simões Costa dos; SOUZA, Mônica Menezes de. A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e o treinamento de professores para o uso do livro didático. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 3., 2016, São Mateus. **Anais** [...]. São Mateus: UFES, 2016. p. 1025-1036. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/2610/ANAIS%20III%20ENAPHEM_COMPLETO.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 out. 2023.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Momento do livro didático**. São Paulo: Abrelivros, 2020. Disponível em: https://abrelivros.org.br/site/wp-content/uploads/2020/09/Abrelivros_A_Hist%C3%B3ria_do_Livro_Did%C3%A1tico_no_Brasil-girado.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

BRANCO, Emerson Pereira *et al*. Uma visão crítica sobre a implantação da base nacional comum curricular em consonância com a reforma do ensino médio. **Debates em Educação.** Maceió, v. 10, n. 21, p. 47-70, mai./ago. 2018.

BRASIL. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Edital de Convocação 02/2015 – CGPLI**: Edital de Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2017. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2015. Disponível em: https://cchla.ufrn.br/pnld/wp-content/uploads/2017_pnld_edital_consolidado.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. **Diário Oficial da União**, 19. jul. 2017a.

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. **Diário Oficial da União**, 17 fev. 2017b.

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Revista Retratos da**

Escola, Brasília, v. 16, n. 35, p. 285-293, 15 set. 2022. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620. Acesso em: 30 jul. 2023.

CELESTE FILHO, Macioniro. A proposta da Organização dos Estados Americanos para a censura de livros brasileiros de História no auge da ditadura militar. *In*: MARTINS, Maria Angélica Seabra Rodrigues. **Educação, Mídia e Cognição**. Bauru: Canal 6, 2010. p. 237-260. Disponível em: https://www.fc.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/proposta_oea.pdf. Acesso em: 07 out. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 85–102, 10 nov. 2015. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/44800. Acesso em: 25 set. 2023.

FNDE. **Histórico**. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico#:~:text=1995%20%2D%20De%20forma%20gradativa%2C%20volta,as% 20de%20geografia%20e%20hist%C3%B3ria. Acesso em: 11 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GABRELON, Anderson; SILVA, Jorge Luiz Barcellos da. Livro Didático: suas funções e o ensino de Geografia. *In*: TONINI, Ivaine Maria *et al*. (org.). **O livro didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem**. Porto Alegre: Sulina, 2017. p. 113-135.

GOMES, Adriel Arthur de Oliveira; COPATTI, Carina. Política nacional do livro didático e o PNLD 2021: reflexões a partir das coleções didáticas de Ensino Médio voltadas à grande área de ciências humanas e sociais aplicadas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 928–952, 18 ago. 2023. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/68118. Acesso em: 28 ago. 2023.

KUNZLER, Edinho Carlos; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. A ideologia nos livros didáticos de geografia durante o regime militar no Brasil. **Terra Livre**, Presidente Prudente, ano 23, v. 1, n. 28, p. 197-220, jan./jun., 2007. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/230/214. Acesso em: 22 out. 2023.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, v. 16, n. 69, p. 03-09, 18 jan. 2008. Disponível em: http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2368. Acesso em: 25 set. 2023.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LINO, Lucilia Augusta; ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. Paulo Freire e a política educacional atual: possibilidades e perspectivas contra-hegemônicas em defesa da educação e da vida. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 37, n. 2,
p. 736-752, 31 ago. 2021. Disponível em:
https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/113259. Acesso em: 30 jul. 2023.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, ago. 2004. Disponível em:
https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/. Acesso em: 12 ago. 2023.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48,
p.123- 144, 2004. Disponível em:
https://www.scielo.br/j/rbh/a/t8rJqjBQ8f4bwPyV47zd8Dr/.
Acesso em 25 set. 2023.

MOREIRA, Herivelton; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 3, p. 179-197, 21 fev. 2012. Disponível em:
https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38817. Acesso em: 25 set. 2023.

OLIVEIRA, Ana Suélen Silva; TEIXEIRA, Bruna Mikaelly Fernandes; SILVA, Mylena Vicente da. Novo ensino médio: impactos da BNCC e do PNLD 2021 sobre o ensino de sociologia. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO, 8., 2022, Recife. **Anais VIII EPEPE**. Campina Grande: Editora Realize, 2022. Disponível em:
https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/83795. Acesso em: 16 mar. 2023.

PONCIANO, Jéssica Kurak *et al*. A "Base Nacional Comum Curricular" e a lei nº 13.415/2017: educação dos jovens brasileiros de volta aos "anos de chumbo".
Educação, Santa Maria, v. 44, p. 1–22, 2019. Disponível em:
https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/35824. Acesso em: 22 out. 2023.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

RANGEL, Mary. Qualidade do livro didático: dos critérios da literatura acadêmica aos do programa nacional do livro didático. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 187-200, 31 mar. 2006. Disponível em:
https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3236. Acesso em: 23 jul. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o Óbvio**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 357 p.

SILVA, Lair Miguel da; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. Livros didáticos de Geografia: uma análise sobre o que é produzido para os anos iniciais do ensino fundamental. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 15, n. 52, p. 173–185, dez. 2014.

SILVA, Marco Antônio. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/20373. Acesso em: 25 set. 2023.

SILVA, Romerito Valeriano da. A redescoberta do manual do professor. *In:* TONINI, Ivaine Maria *et al*. (org.). **Geografia e livro didático para tecer leituras de mundo**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 50-59.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica**.** *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalago/09520520042012Pratica_de_Pesquisa_I_Au la_2.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

SIMÕES, Willian. O lugar das Ciências Humanas na "reforma" do ensino médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, p. 45-59, 08 set. 2017. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/752. Acesso em: 30 jul. 2023.

SOUZA, José Vitor Rossi; BAIRRO, Gabriel Pinto de. Os livros didáticos de geografia no novo ensino médio. In: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 7., 2021,
Campinas. **Anais** [...]. Campinas: UNICAMP, 2021. p. 57-66. Disponível em: https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/ereg/article/view/3658. Acesso em: 25 out. 2023.

TOMAZELA, José Maria. Merenda sem reajuste de verba da união faz com que crianças dividam até ovo. **Estadão**, São Paulo. 16 set. 2022. Disponível em: https://www.estadao.com.br/educacao/merenda-sem-reajuste-de-verba-da-uniao-faz-com-que- criancas-dividam-ate-ovo/. Acesso em: 11 mar. 2023.

VILARINHO, Lúcia Regina Goulart; SILVA, Jovana de Souza Nunes da. A avaliação do livro didático como instrumento de afirmação da autonomia da escola e de seus docentes. **Revista Meta**: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 21, p. 403-428, 2015. Disponível em: https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/895/pdf1. Acesso em: 30 jul. 2023.

ZACHEU, Aline Aparecida Pereira; CASTRO, Laura Laís de Oliveira. Dos tempos imperiais ao PNLD: a problemática do livro didático no Brasil. *In*: JORNADA DO NÚCLEO DE ENSINO DE MARÍLIA, 14., 2015, Marília. **Anais […]**. Marília: Unesp, 2015. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/dos-tempos-imperiais-ao-pnld--a-problematica1.pdf. Acesso em: 09 out. 2023.